



É DE LUTA! Por que filiar-se ao Sindsep de Mato Grosso

Página 2

ARTIGO Desafios do sindicalismo para 2024

Página 4

DESIGUALDADES Super-ricos ficaram 31% mais ricos no governo bolsonaro

Página 3



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

ANO XVI- Nº 193
Cuiabá - Janeiro de 2024

O compromisso

Acesse: www.sindsepmt.org.br



ESTRUTURAIS

24/01

Condsef apresenta reivindicações dos servidores ao governo federal

Secretaria de Gestão de Pessoas do MGI vai responder formalmente à pauta de reivindicações apresentadas

Na manhã do dia 26, a Condsef apresentou à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), as reivindicações estruturais dos servidores reunidas no Relatório do Grupo de Trabalho "Administração Pública e Diretrizes dos Planos de Carreira".

A reunião ocorreu na Sede da Confederação com a presença do Secretário de Gestão de Pessoas, José Celso Cardoso Jr, sua adjunta, Regina Coeli Moreira Camargos, e o representante da Diretoria de Carreiras e Desenvolvimento de Pessoas da pasta, Eduardo Viana Almas. Pela Condsef/Fenadsef estavam presentes o Secretário-Geral Sérgio Ronaldo da Silva, Edison Cardoni (Jurídico), Mônica Carneiro (Imprensa), Jussara Griffio (Empresas Públicas), Edilson Muniz (Movimentos Sociais) e Dra. Camilla Cândido, da Assessoria Jurídica Nacional.

As reivindicações estruturais dos servidores federais, entre as quais se destacam a democratização do acesso ao serviço público; a valorização dos cargos de nível auxiliar e médio; a qualificação do sistema de cotas (raciais, gênero, sexualidade, etc.) a partir da inserção de cotas sociais que considerem o critério de renda como determinante na estrutura dos sistemas de seleção; a defesa da estabilidade no serviço público; o retorno da possibilidade de ascensão funcional; políticas que resolvam os

numerosos casos de desvio de função, entre outras.

A Condsef também defende a ideia de racionalização e de simplificação do sistema de carreiras do Poder Executivo Federal, desde que ela tenha por princípio a correção das profundas distorções salariais existentes entre cargos de diferentes órgãos públicos, a permissão de mobilidade na base, o abandono do conceito de carreiras "típicas de Estado", a implementação de um piso salarial no setor público equivalente ao salário-mínimo do Dieese e de uma relação razoável entre menor e maior salário, com o estabelecimento de um teto salarial absoluto no serviço público.

Ganhamos as eleições, mas não ganhamos o governo - Para a bancada do governo, as propostas da entidade sindical possuem, no geral, grande coerência, mas estariam distanciadas da "realpolitik", ou seja, das possibilidades oferecidas pela atual conjuntura. A alternativa pensada pelo MGI é trabalhar com um meio termo entre o modelo histórico tradicional defendido pelo sindicalismo e as propostas de horizontalização total da estrutura, defendidas pelos setores privados.

O Secretário da SGP confirmou que nos próximos dias publicará uma Portaria anunciando as diretrizes gerais para a racionalização do sistema de carreiras que deverão servir de baliza para as negociações com

os servidores.

A política da pasta é buscar, por aproximações sucessivas, realizar a aproximação das estruturas remuneratórias de baixo para cima para, em seguida, alterar as atribuições dos cargos de modo a torná-los mais homogêneos e permitir o movimento da transversalização. Dessa forma, setores que necessitem de pessoal, mesmo emergencialmente, como é o caso da Funai na crise Yanomami, poderão socorrer-se de servidores de outros órgãos para executarem tarefas administrativas de apoio sem os entraves legais e burocráticos existentes atualmente.

Declarando-se também contrário ao conceito de "típicas de Estado", o Secretário explicou que ao lado dessas carreiras transversais ou estruturantes, de suporte, que podem ser movidas de um órgão para outro, rapidamente, haveria o que chamam de "Carreiras Estratégicas Finalísticas" que exerceriam a função precípua de cada órgão ou grupo de órgãos públicos.

A Condsef agradeceu a presença do Secretário e sua equipe em nossa Sede, sua disposição de dialogar com a representação dos servidores e, ao final, ficou acertado que a SGP vai responder formalmente à pauta de reivindicações apresentadas por meio do Ofício Condsef/Fenadsef nº 268/2023, e propor um calendário de reuniões para debater essas reivindicações estruturantes da categoria. (FONTE: CONDSEF)

Ato marca Dia do Aposentado

Foi entregue um ofício conjunto direcionado ao presidente Lula onde apontam o tratamento desigual com aposentados e pensionistas do serviço público federal

Foto: Condsef



Uma comissão de representantes dos servidores foi recebida na quarta-feira, 24, por assessores do governo durante ato em frente ao Palácio do Planalto que marcou o Dia Nacional do Aposentado e os 101 anos da Previdência. Na oportunidade as entidades entregaram um ofício conjunto direcionado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva onde apontam o tratamento desigual com aposentados e pensionistas do serviço público federal.

Servidores lutam para que governo conceda reajuste para a categoria ainda este ano. A proposta apresentada pelo MGI no final do ano passado prejudica aposentados e pensionistas. Entidades que compõem a bancada sindical, incluindo Fonasefe, Fonacate e centrais sindicais, chegaram a consenso e vão apresentar contraproposta unificada. Mesmo com a chuva que caiu em Brasília, servidores realizaram um importante ato. (FONTE: CONDSEF)



Apesar do tempo chuvoso, o ato teve repercussão no Planalto

Direção da Condsef/Fenadsef para o quadriênio 2024/2028 é empossada

No dia 24, a nova Direção Nacional e representantes dos Departamentos da Condsef/Fenadsef tomaram posse em Brasília. A atividade aconteceu no Sindsep-DF. A nova direção foi eleita em dezembro no XIV Concondsef e V Confenadsef para o quadriênio 2024/2028. Mato Grosso, através do Sindsep-MT conta com três representantes: Carlos Alberto de Almeida, Sílvia Cléia e Fernando Pivetta. Veja a relação completa e os cargos na página 3.

Os representantes da maioria dos servidores do Exe-

cutivo Federal terão o desafio de encaminhar e conduzir a luta por valorização dos servidores e defender investimento nos serviços públicos, o que inclui a luta por reajuste ainda este ano, a reestruturação de carreiras, a melhorias das condições de trabalho, entre outras reivindicações urgentes.

A Condsef/Fenadsef que integra o Fonasefe vai defender na MNPP a contraproposta unificada aprovada pela maioria dos federais. A contraproposta foi feita com assessoria da subseção do Dieese na Confederação e prevê

reajustes em dois blocos. O primeiro bloco são das categorias que tiveram reajuste bianual (2016 e 2017) e o segundo que tiveram reajuste em quatro anos (2016, 2017, 2018 e 2019). Os 9% do reajuste emergencial concedidos em 2023 pelo governo Lula também estão no cálculo.

Assim os percentuais da contraproposta dos servidores variam entre 22,71% e 34,32% a serem divididos em três anos a partir de 2024. Assim entre 2024 e 2026 os servidores do Bloco I teriam reajuste de 10,34% enquanto os servidores do Bloco II teriam 7,06%. (COM CONDSEF)

Fotos: Cristiano Porfírio



SINDICATO RAIZ

POR QUE FILIAR-SE AO SINDSEP-MT?

Mas por que eu preciso estar filiado? O que o meu sindicato faz por mim? Se eu não for sindicalizado o que estarei perdendo?

Para que você, trabalhador, entenda a importância que o sindicato tem na sua vida laboral e até familiar, listamos alguns motivos de destaque para mostrar porque, atualmente, o sindicato se tornou indispensável para todas as categorias profissionais. Não perca tempo, busque o nosso sindicato, fique sócio, participe da vida sindical e usufrua dos benefícios de uma categoria unida e forte em busca de melhores condições de trabalho. Conheça o trabalho do seu sindicato, participe das ações e ajude-o a ficar cada vez mais forte para garantir direitos e ampliar as conquistas.

▶ TRABALHADORES SINDICALIZADOS GANHAM MAIS E TÊM MAIS BENEFÍCIOS

Um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) comprovou que os trabalhadores unidos em seu sindicato têm média salarial acima de quem não é

sindicalizado. Por meio de uma simples comparação das médias das remunerações diretas, foi possível encontrar uma diferença entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados. De acordo com o estudo, essa diferença equivale a R\$ 562,28, em termos absolutos, em favor dos sindicalizados, ou 33,5%, em termos relativos. Ainda de acordo com o estudo, os trabalhadores de categorias organizadas tem mais facilidade em negociar benefícios, 36% se beneficiam dos convênios médicos, contra 20,3% dos não sindicalizados. Os sindicatos utilizam sua força coletiva para negociar melhores salários, melhores condições de trabalho e também uma gama de benefícios que não seriam conquistados caso fizessem uma negociação individual com o patrão.

▶ TRABALHADORES ORGANIZADOS EM SINDICATOS TEM LOCAIS DE TRABALHO MAIS SEGUROS

Uma pesquisa do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), sobre as cláusulas de negociações coletivas relativas a saúde e segurança no trabalho representam aproximadamente 20% do total de cláusulas registradas no SACC-DIEESE por ano. E ainda segundo o estudo, essas cláusulas se referem principalmente com o intuito de inibir os fatores determinantes para o adoecimento e as doenças no trabalho. A verdadeira qualidade de vida no trabalho é o resultado de uma atuação em todas as suas dimensões, abrangendo a organização e a gestão, as relações entre os trabalhadores entre si e também com a gerência, as condições no trabalho, a remuneração adequada, não discriminação, a autonomia, além, é claro, de um ambiente saudável e seguro.

▶ FISCALIZAÇÃO DOS SINDICATOS GARANTEM QUE DIREITOS TRABALHISTAS SEJAM RESPEITADOS

O sindicato é responsável por fiscalizar o cumprimento dos pagamentos de salários e benefícios, os encargos como FGTS e INSS, se estão cumprindo as normas de saúde e segurança no trabalho, horas extras, horários de almoço e descanso, entre muitos outros pontos.

A entidade sindical é um fiscal atento, pois em contato com o trabalhador toma conhecimento das infrações que vão desde desrespeito às leis mais básicas até queixas de assédio moral a trabalho escravo, e faz a denúncia às autoridades fiscalizadoras e ao Ministério Público.

▶ TRABALHADORES SINDICALIZADOS TÊM ACESSO PROGRAMAS SOCIAIS EXCLUSIVOS

Além disso, o Sindsep-MT mantém serviços como assessoria jurídica gratuita, o melhor plano de saúde da região (UNIMED), desconto em cursos superiores para associados e dependentes na UNIVAG entre outros. Venha para o SINDSEP-MT!



**Quando tudo vai bem, ninguém lembra que existe.
Quando tudo vai mal, todos procuram.
Quando é para filiar-se e contribuir,
acha-se que não é preciso que exista.
Porém, quando realmente não existe,
todos concordam que deveria existir.
Filiar-se e contribuir com o sindicato é
demonstração de força, união e consciência.**

**Portanto, lembre-se:
Só há conquista quando há união.
Quem tem sindicato nunca está só!**

SINDSEP-MT
JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

Conab: Assembleias de base aprovam ACT 2023/2024

Após inúmeras negociações, as assembleias gerais dos empregados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), realizadas entre os últimos dias 18 e 22 de dezembro de 2023, conforme editais publicados pela Fenadsef e sindicatos filiados, deliberaram por aceitar proposta de Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024 apresentada por meio do OFÍCIO CONAB/DIGEP SEI Nº 107/2023, de 06.12.2023, que diz sobre os índices das cláusulas econômicas, cuja aplicação retroagirá à data-base (setembro), da seguinte forma:

- Salários e demais benefícios (com exceção dos auxílios alimentação e creche): reajuste de 3,65% (90% do INPC (4,06%) acumulado nos 12 meses anteriores à data-base);

- Auxílios alimentação, refeição creche: reajuste de 25% (78,12% sobre os 32% possibilitados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)).

Os seguintes ajustes também devem ser feitos, de acordo com o que foi deliberado pelos trabalhadores(as):

- Contemplar na Cláusula Décima Segunda - Auxílio Funeral (sepultamento ou cremação) a possibilidade dos filhos maiores de 24 poderem receber o pagamento do benefício, quando do falecimento do empregado(a), visto que esse impedimento não faz sentido;

- Retirar, da proposta patronal, do

PARAGRAFO 10º da CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA, por impedimento legal;

- Adendo na cláusula sexta: auxílio escolar no mesmo valor do auxílio creche; Adendo ao final da cláusula nona - Serviço de Assistência a Saúde - SAS: "em comum acordo com as entidades representativas dos empregados, buscará novas alternativas de modalidade de assistência à saúde para os empregados e seus dependentes"

- Adendo ao final da cláusula nona - Serviço de Assistência a Saúde - SAS: vigente na data de assinatura deste acordo, e, na modalidade de ressarcimento por opção do empregado, até que se apresente os resultados do grupo de trabalho da comissão paritária que vem discutindo o tema no âmbito da empresa."

- Adendo à cláusula nona - SAS que passa a ser redigida da seguinte forma: "A Conab continuará proporcionando, aos empregados e seus dependentes, o benefício de assistência à saúde nos termos dos normativos organizacionais internos da Companhia e em observância às normas e na modalidade de ressarcimento (BAS), para quem assim optar, até que a comissão paritária sobre o tema apresente uma solução definitiva que contemple TODOS os empregados.

- Recomposição do auxílio-alimentação em pecúnia. (Fonte: Sintsef-CE)

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmmt.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademir Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

NOSSOS REPRESENTANTES

Confira os nomes eleitos para representar a maioria dos servidores federais

Durante o Congresso, mais de 500 servidores federais, delegados e delegadas de base de todo o Brasil, elegeram seus representantes para compor a direção

Durante o XIV Concondsef e o V Confenadsef, mais de 500 servidores federais, delegados e delegadas de base de todo o Brasil, elegeram seus representantes para compor a direção da Condsef/Fenadsef pelos próximos quatro anos. O **Sindsep-MT** tem 3 representantes: Carlos Alberto de Almeida e Fernando Pivetta na Executiva Nacional e Sílvia Cléia, no DARA. Os nomes completos daqueles que vão compor a Direção Executiva, a Direção Nacional da entidade, seus suplentes e também representantes dos Departamentos da Confederação você confere a seguir:



DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL

SECRETARIA-GERAL

Sérgio Ronaldo da Silva (DF) - Titular
Maria Gizélia da Rocha Fonseca (RN) - 1º Adjunta
Dermio Antonio Fillipi (SC) - 2º Adjunto

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Neuziana T. C. Uchôa (AP) - Titular
Marco Antônio de Lima Nunes (AP) - 1º Adjunto
José Alves de Souza Filho (PR) - 2º Adjunto

SECRETARIA DE FINANÇAS

Pedro Armengol de Souza (PI) - Titular
Fernando Antônio Gonçalves Lima (PE) - 1º Adjunto
Ademar Rodrigues de Souza (GO) - 2º Adjunto

SECRETARIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Mônica Machado Carneiro (DF) - Titular
Fernando Pivetta - 1º Adjunto
Sandra Lúcia da Silva Mota (CE) - 2º Adjunta

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS, PARLAMENTARES E DE CLASSE

Edison Vitor Cardoni (DF) - Titular
Wilton Marques (RO) - 1º Adjunto
José de Assis (CE) - 2º Adjunto

SECRETARIA DE POLÍTICA SINDICAL E FORMAÇÃO

Carlos Alberto de Almeida (MT) - Titular
Rosemary Manozzo (RS) - 1ª Adjunta
Walter Matos de Moraes (AM) - 2º Adjunto

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHO

José Geltrude Valério da Silva Souza (RO) - Titular
Paulo Candido de Souza (DF) - 1º Adjunto
Maurício Antonio Prais de Almeida (MG) - 2º Adjunto

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Eduardo de Albuquerque Melo (PE) - Titular
Edvaldo Andrade Pitanga (BA) - 1º Adjunto
Ismael José César (DF) - 2º Adjunto

SECRETARIA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Paulo da Silva Vieira (RO) - Titular
João Carlos da Silva Santiado. (PA) - 1º Adjunto
Carlos Antônio de Abreu (DF) - 2º Adjunto

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS

Jussara Griffio (MG) - Titular
Carlos Alberto Chácara Barbosa (ES) - 1º Adjunto
Alessandro Souza de Cerqueira (BA) - 2º Adjunto

SECRETARIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Edilson José Muniz (DF) - Titular
Gilmar Alves Cabral (RJ) - 1º Adjunto
Maria de Jesus Santana (DF) - 2º Adjunto

SECRETARIA DE GÊNERO, RAÇA, JUVENTUDE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Raimundo Pereira de Souza (MA) - Titular
Erilza Galvão dos Santos (BA) - 1ª Adjunta
Carlos Henrique da Costa (RJ) - 2º Adjunto

SECRETARIA RELAÇÕES DO TRABALHO

Francisco Adriano Duarte Fernandes (CE) - Titular
José Felipe Pereira (PE) - 1º Adjunto
José Ribamar Figueiredo Nascimento (MA) - 2º Adjunto

SUPLENTES DA DIREÇÃO

José Francisco dos Santos - DF
Oton Pereira Neves - DF
Gislaine Fernandes Santana - PE
Adilson Nascimento dos Santos - MS
Flávio Santos - RO

CONSELHO FISCAL

Titulares

Jorge Guimarães - MS
Almerindo Leite Farias Filho - AP
Dealci Alves Ferreira - ES

Suplentes

Júlio César da Conceição - DF
Nivaldo Gonçalves dos Reis - MS
Gerson Leandro dos Santos - AC

COMISSÃO DOS ANISTIADOS E DEMITIDOS

Rubens Motônio - DF
Ricardo José Souza Nascimento - DF
Manoel da Silva Guimarães - SC
Luiz de Oliveira Souza - MG
Maria Consuelo Gomes da Silva - DF
Vladimir Torres de Lacerda - RJ
Francisco de Araújo Fernandes - RO

DEPARTAMENTOS

CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA (C&T)

José Arimatéia Leite de Menezes - MG
Jaime Vieira Ramos -PE
Jemuel Nunes Alves - PE
Alex da Silva Lima - GO
Gleig Correia de Sá - AM
Raul Bittencourt Pedreira - RJ
Alexandre Correia - DF

SAÚDE (DESC)

Antônio Carlos de Oliveira Azevedo - RJ
Jailson de Paiva Nunes - RN
Maria Helena Silva de Faria - MS
Antônia Ferreira da Silva - DF
João Nascimento - MS
Maria Francinéia Benigno dos Santos - RO
José Rotiéllo e Silva - CE

AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (DARA)

Sílvia Cléia Aires Ferreira - MT
Dilson Sérgio de Almeida - GO
Antônio Carlos da Silva - SC
Elenício Pereira de Almeida - BA
Maria Creusa Carneiro - GO
Margareth Buzaglo Pinto - AM
William dos Santos Ramos Coimbra - RO

PESSOAL CIVIL DOS ÓRGÃOS MILITARES (DOMC)

Marcolino Antunes de Oliveira - RS
Maria de Lourdes da Silva - MG
Jaime de Bona - RJ
Solange Maria da Silva G. Cavalcante - PE
João Seno - PI
Roberto Salimeni - RJ
Valda Eustáquio Cardoso de Souza - DF

EDUCAÇÃO E CULTURA - DEC

Sérgio Pinto - DF
Matheus Guerra Cotta -MG
Conceição de Maria Reis Silva - MA
Davi José Vicente - PE

Inês Regina Mares de Souza - DF
Marta Rosangela Ferreira Alves Pereira - DF
Ruth Vaz Costa - DF

APOSENTADOS E PENSIONISTAS - DENAP

Pedro Jorge Guedes - CE
Edna Maria Ramalhosa da Sivla - RJ
Maria das Graças Albert - SC
Mizael Alves da Silva - PE
Edmilson Alves da Silva - MG
José Murilo Marciano - CE
Iracema Sena dos Santos - RO

MEIO AMBIENTE - DENTMA

Maria da Conceição Ferreira - MG
Léo Caetano Fernandes da Silva - GO
Maria Janice Coutinho - RR
Deusidéria Maria Barbosa Nery - PI
Vilma Moreira dos Santos - MG
Alberto Klefasz - CE
Emerson Luiz de Aguiar - RO

EX-TERRITÓRIOS - DEEXT

José Carlos Gibin - RR
Flávia Hiromi Takahashi - RO
Eliete de Almeida Azevedo - RO
Eva Bezerra de Souza - RO
Janete do Nascimento - RO
Altair Furtado Correia de Moraes - AP
Angêla Maria de Matos Figueiredo - AP

SEGURANÇA E DA ADVOCACIA PÚBLICA - DESAP

Márcia Cristina Dias Nogueira - RJ
Vivian Petit - RS
João Luiz Batista - DF
João Araújo Neto - DF
José Cruz de Lima - DF
Quintino Rodrigues de Lima - DF
Auro Amaral da Silva - RO

EMPRESAS PÚBLICAS - DEMP

Andréa de Souza Quintela - CE
Valdinei Ferreira de Jesus - MG
Elton Leonardo Souza Oliveira - BA
Jaques Vagner Soares Boeno - RS
Ramara Valéria Nunes Apolinário - GO
Joalita Queiroz de Lima - DF
Ricardo Abel Garcia de Passos - SE

MINISTÉRIO DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E VINCULADAS - DEMEC

Adilson Batista dos Santos - PE
Márcia Castro Buonincontro Meireles - MG
Marlete Conceição P. de Oliveira - SC
José Martins de Oliveira - PI
Welisson Marques de Araújo - GO
Roberto Luque de Souza - CE
Anilce Pinheiro da Silva - RO

Super-ricos ficaram 31% mais ricos no governo Bolsonaro, enquanto pobreza aumentou

Mais de 70 entidades que integram a campanha Tributar os Super-Ricos cobram justiça social a partir de reformas no sistema tributário brasileiro. Ou seja, mudanças para reverter a natureza regressiva do sistema brasileiro, onde os pobres pagam mais, em relação à renda, do que os ricos. A campanha chama a atenção para o fato de que estas injustiças vão desde tarifas menores para rendas maiores a até isenções de produtos de luxo. O resultado é a concentração de renda cada vez maior neste que é um dos países mais desiguais do mundo.

A campanha, então, traz dados do Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira, publicado no final de dezembro pelo Ministério da Fazenda. Nos anos do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), os super-ricos aumentaram sua renda em 31%. Em contrapartida, o número de pessoas na parcela mais pobre aumentou 22,7%.

“Essa concentração de riqueza ocorreu com economia estagnada e ainda com pandemia”, argumentam as entidades.

Super-ricos ainda mais ricos - Por isso a campanha pede que o governo federal leve adiante uma nova etapa da Reforma Tributária. Para além de simplificar tributos e favorecer o ambiente de negócios, as entidades argumentam que a ordem tributária deve ser revista. Alguns passos importantes já começaram, segundo as entidades. Primeiramente, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) comandou, com sucesso, um projeto de lei que tributará fundos de investimento super exclusivos, além de lucros obtidos em offshores.

Além de cobrar o governo, as entidades, que envolvem organizações de trabalhadores, sindicatos, federações, universidades, cientistas, entre outras, convidam a população para entrar no debate. Isso porque o governo, sozinho, não tem força para lidar com um

Congresso dominado pela extrema direita ultraliberal. “A primeira parte da reforma tributária focou no consumo e beneficiou as empresas. A parte 2 da reforma deve deixar a tributação da renda mais justa. Mas só muda se a gente se mexer, minha gente, porque tem que passar pelo Congresso e lá os super-ricos mandam na banca.”

Mais dados - Trata-se de uma luta por justiça social urgente no Brasil. Hoje, apenas 38 milhões de brasileiros ganham mais de R\$ 2.379,97 por mês. Vale lembrar que o Brasil tem 107,9 milhões de pessoas aptas ao trabalho. Estes 38 milhões, cerca de 35% da força de trabalho, são os que declararam seus patrimônios para o Imposto de Renda 2023. Ainda dentro deste recorte, 58% deles têm renda baixa, próxima ao valor mínimo para declaração. E eles representam 14% do total de renda do país. Enquanto isso, os 10% mais ricos, concentram 58% da riqueza. (FONTE: REDE BRASIL ATUAL)



ARTIGO

DESAFIOS DO SINDICALISMO PARA 2024

A primeira questão a ser levada em conta é que o ano de 2023 inaugura novo ciclo político no País, depois da derrota da extrema-direita nas últimas eleições presidenciais. O Brasil passou a respirar democracia.

Mesmo com todas as turbulências, como a contestação dos resultados eleitorais e a tentativa frustrada de golpe dia 8 de janeiro, o fato é que o País restabeleceu a democracia e abriram-se os espaços de participação social.

Para o sindicalismo, democracia é questão essencial. Em regimes autoritários ou ditatoriais, as primeiras vítimas dos retrocessos são justamente os trabalhadores e as entidades que representam e defendem os direitos trabalhistas e previdenciários.

Lula, mesmo enfrentando Congresso Nacional majoritariamente conservador e boa parte dos governadores alinhada com a oposição, sempre pautou a atuação pela defesa da democracia e a busca pelo desenvolvimento, com inclusão social.

Um segundo ponto importante do balanço do governo Lula 3 foi o grande protagonismo internacional. Depois do isolamento a que o País foi submetido pelo bolsonarismo, este ano pode ser considerado como o período de redenção do País.

Lula assumiu posições relevantes no Brics, com destaque para a indicação de Dilma para a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento. O presidente presidiu o Conselho de Segurança da ONU e, agora, ocupa a presidência pró-tempore do G-20,

Em terceiro lugar, Lula tem-se esforçado para compor maioria mais estável na Câmara Federal e no Senado, incorporando, para isso, até partidos que não o apoiaram nas eleições. É a chamada luta para assegurar maioria política.

É maioria em permanente turbulência, demandado constantes negociações para

A conquista é muito maior quando a luta é coletiva!



aprovação das matérias mais relevantes de interesse do governo. Apesar disso, as principais propostas do governo, principalmente na economia, foram aprovadas.

Por último, mas não menos importante, para os trabalhadores o saldo é positivo. Foi retomada a política de valorização do salário mínimo e aprovada a igualdade salarial entre homens e mulheres e sancionado o piso salarial da enfermagem.

Apesar de elevado, o desemprego reduziu para 7,7% (8,3 milhões) no terceiro trimestre deste ano, o menor patamar desde 2014. O contingente de trabalhadores formais com carteira assinada subiu para 37,4 milhões, o melhor nível dos último 9 anos.

Por outro lado, a taxa de trabalhadores informais somou no período 39,1% da população ocupada (39 milhões de trabalhadores). A população fora da força de trabalho (não trabalha nem procura emprego) chegou a 66,8 milhões.

Durante o ano, pesquisa do Dieese apontou que os salários tiveram aumento real em 78,3% das negociações coletivas deste ano. Com mais brasileiros ocupados, a massa salarial alcançou R\$ 293 bilhões no terceiro trimestre.

Mas a agenda do sindicalismo sofreu percalços este ano. O maior desses, sem dúvida, é o fato de o Grupo de Trabalho criado para fortalecer as negociações e os sindicatos não ter logrado, até o momento, resultados positivos.

A principal dificuldade é a luta para recuperar fonte estável de financiamento sindical, com a regulamentação da contribuição negocial. Esta é herança maldita da Reforma Trabalhista e Sindical promovida pelo governo Temer.

A contribuição negocial, defendida consensualmente pelo sindicalismo brasileiro, obteve importante vitória no Supremo Tribunal Federal. Em 11 de setembro deste ano, os ministros do STF aceitaram recurso e adotaram o seguinte entendimento:

“É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição”.

O ministro Barroso, do STF, agregou: “... deve-se assegurar ao empregado o direito de se opor ao pagamento da contribuição assistencial. Convoca-se a assembleia ...e, na ocasião, permite-se que o trabalhador se oponha àquele pagamento”.

Apesar da clareza da decisão do Supremo, houve reação de grupos empresariais, da mídia e de setores do Parlamento. Com isso, até agora o GT de fortalecimento das negociações coletivas e dos sindicatos não terminou seu parecer.

Perspectivas para 2024 - Para o ano de 2024, a agenda do movimento sindical deve continuar priorizando a luta pela consoli-

dação da democracia e isolamento crescente da extrema-direita. Nesta luta democrática, o fortalecimento dos sindicatos é âncora fundamental.

Pode-se afirmar que a premissa essencial para o aprofundamento da democracia no Brasil é a necessidade de ter sindicatos fortes, que lutem pelo desenvolvimento nacional, com valorização do trabalho.

Neste particular, deve-se impulsionar a pauta do movimento sindical, assegurando suas fontes de sustentação material e restabelecendo, em sua plenitude, seu papel de negociação e representação, tolhido pela última Reforma Trabalhista.

Por outro lado, a expectativa é que se avance no GT de regulamentação da negociação na administração pública (Convenção 151 da OIT) e do trabalho por aplicativos, ao lado de maior proteção para terceirizados, trabalhadores sem carteira e autônomos.

Paralelamente, os sindicalistas devem dar importante prioridade às eleições municipais de outubro de 2024. A participação ativa de quadros sindicais na disputa eleitoral contribui para melhorar a correlação de forças política no País.

Democracia, desenvolvimento econômico, com juros baixos e política fiscal voltada para o crescimento são vitais para a retomada da industrialização e geração de empregos de qualidade, com melhores salários.

Para tanto, o movimento sindical de orientação classista precisa ser forte e unitário. Sindicalismo que combine amplitude política para defender a democracia, com mobilização independente para defender os direitos trabalhistas e previdenciários.

Feliz 2024!

(*) SECRETÁRIO SINDICAL DO PCDOB E SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA CTB.

FELIZ MÊS DE
ANIVERSÁRIO
FEVEREIRO 2024

NOME	DIA
ADELINO ALVES DA COSTA	18
ADOLFO VERIDIANO DA SILVA	11
ADRIANO GONCALVES DE OLIVEIRA	20
ALBEIRO MIRANDA FERREIRA	04
ALESSANDRA MARIA DA S. OLIVEIRA LEITE	05
ALTAMIRA MARQUES PINTO DE QUEIROZ	13
ALUIZIO MARTINS LEITE	21
AMELIA PAES FONTOURA	29
ANA PAULA CARRIJO BARBOSA ANDRAUS	10
ANTENOR SABINO DOS SANTOS	28
ANTONIO DE PADUA SOUSA	28
ANTONIO GARCIA PINOTE	18
ANTONIO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS	13
AROLD DELUQUI	28
AULENCA JULIA DE F GUSMAO	04
BENEDITA DA SILVA	19
CECILIO PORIREU AIJAKO	02
CICERO CARLOS DA SILVA	28
CICERO PEREIRA DA CRUZ	27
CLARISSE MARIA SALA MACHADO	04
CLEIA PAGANOTTI DA CONCEIÇÃO	09
CLEIDE MAGNA BATISTA DO NASCIMENTO	28
CLODOALDO MAIA	04

DANIELA BUENO VILELA	14
DERZALINA GOMES PAEL	17
DIANA ALMEIDA DE OLIVEIRA	12
DIVINA ROSA DA SILVA	18
DJALMA RODRIGUES PORTO	21
DONATO DE ARRUDA	17
EDILSA LOPES DA SILVA FERREIRA	15
EDIR RIBEIRO DE ASSIS PEREIRA	10
EDNA GABE AMERICO	22
EDNO LEANDRO DE MELLO	27
EMANUEL DE SIQUEIRA E ARRUDA	12
ESCOLASTICA AUXILIADORA DE A. VIRGOLINO	10
FABIO ALEX ROCHA	14
FERNANDO LUIS DA COSTA	06
FRANCISCO DE PAULA ALVES DE SOUSA	26
FRANCISCO FORCA	13
FRANCISCO VILERMANDO GOMES MATIAS	09
GERALDINO DOS SANTOS CARVALHO	12
GEYSLA QUEIROZ DE SOUZA	18
GONCALINA AFRA DOS REIS AZEVEDO	24
HOBSON APARECIDO CORREA	09
IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA	21
IRANI DE MORAIS E SILVA	12
SABEL NUNES PEREIRA	13
JESSE DE OLIVEIRA	07
JOAQUIM FRANCISCO FERREIRA	19
JORGE CORREA DE LIMA	23
JOSE ARCO	11
JOSE CLODOALDO BARRETO	16
LOURDES FERNANDES DE BRITO	10
LUCILEIDE ANTUNES DO E. S. BARROS	02
LUCINEIA DOS SANTOS	14

LUCINEIDE LUZIA DE MAGALHÃES	17
LUIS SEVERINO DA SILVA	25
LUIZ MARIO DA COSTA	06
MANOEL FRANCISCO RODRIGUES	10
MANOEL RODRIGUES DA SILVA	22
MARCO AURELIO DOS SANTOS PEREIRA	05
MARIA APARECIDA PEREIRA DE ALMEIDA	11
MARIA DA GLORIA ATAIDE DE MATOS	27
MARINHO NOIZOKEMAI	15
MARIO SANTOS AGUIAR	14
MARTA E.S ALMEIDA	01
MILENA ALVES DOS SANTOS VALOTENI	23
MIVALDO CRAVO DE ANDRADE	08
NATALIA ARAUJO DE ALMEIDA	19
NEIDE FERRAZ MONTEIRO LEITE	05
NESTOR MORENO MERCADO	25
NEUCI MARY FAGANELLO	25
NILZETE BENEDITA DE QUEIROZ	02
OLINDO MARQUES DA SILVA	02
ORCIRIO ECHEVERRIA PLEUTIN	27
OROZINO PEREIRA DOS SANTOS	11
OSVALDO LEITE DE BRITO	15
OZENIR FERNANDES LEITE RODRIGUES	15
REGIANE RODRIGUES DE ARAUJO ROSA	20
ROLDINO PEREIRA DE MORAIS	14
SALLETE RIBEIRO MARQUES LIRA	20
SEBASTIAO MAGNO DA SILVA	19
SOCRATES NICOLA LEVENTI	21
TEREZINHA BOLDRINI DA SILVA	25
VALDOIR DE SOUZA	12
ZOZIMO MATIAS DE AMORIM	24